

DIAGNÓSTICOS COMO CONTROLE DA VIDA: ENTREVISTA COM LYGIA VIÉGAS

DIAGNOSIS AS CONTROL OF LIFE: INTERVIEW WITH LYGIA VIÉGAS

EL DIAGNÓSTICO COMO CONTROL DE VIDA: ENTREVISTA A LYGIA VIÉGAS

Ana Laura Salomão Pereira FERNANDES¹

Julia Cavalcante PIETROBELI²

Marli Lucia Tonatto ZIBETTI³

RESUMO: Trata-se de entrevista com Lygia de Souza Viégas, cujas contribuições ao campo da psicologia escolar e ao debate dos aspectos políticos, sociais e históricos que atravessam a temática da medicalização da vida escolar, são reconhecidos nacional e internacionalmente. É uma das organizadoras do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade e atua com formação de professores/as em uma perspectiva crítica. A entrevista foi realizada em março de 2022, por meio do Google Meet, com base em roteiro previamente elaborado. A gravação foi transcrita na íntegra e, após revisão textual, foi submetida à análise da entrevistada que alterou os aspectos que julgou pertinentes e autorizou a publicação. Além de abordar elementos históricos do processo de construção e enfrentamento às queixas escolares, a entrevistada apresenta as contribuições mais recentes do Fórum para o combate à patologização e medicalização da vida, apresentando importantes contribuições para a formação de psicólogos/as e professores/as.

Palavras-Chave: Medicalização. Patologização. Psicologia Escolar. Formação de Professores/as.

ABSTRACT: *This is an interview writ Lygia de Souza Viégas, whose contributions to the school psychology field and the debate on political, social, and historical aspects that intersect the issue of school life medicalization are nationally and internationally*

¹Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia; Integrante do Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisa em Psicologia e Educação (GAEPPE); Membro do Programa de Extensão Incubadora de Cooperativas Populares INCOOP/Unir. <https://orcid.org/0009-0008-2669-4174>. analaoraf925@gmail.com

² Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia; Pesquisadora do Centro de Pesquisa em Formação da Pessoa; Integrou o Programa de Educação pelo Trabalho – PET-Saúde/Interprofissionalidade. <https://orcid.org/0009-0008-2669-4174>. julia.pietrobeli@hotmail.com

³Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1988); Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2000); Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela mesma instituição (2005); Pós-Doutora pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (2014). É professora associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia, atuando na graduação e no Mestrado em Psicologia. Membro da ABRAPEE e do GT Psicologia e Políticas Educacionais da ANPEPP; pesquisadora e líder do GAEPPE: Grupo Amazônico de estudos e pesquisas em Psicologia e Educação (UNIR). Vice Líder do Grupo Psicologia e Escolarização: políticas públicas e atividade profissional na perspectiva histórico-crítica (USP). Membro do Conselho Editorial da EDUFRO, da Revista Êxitus (UFOPA) e da Revista EDUCA (UNIR). Editora de Seção da Revista Psicologia Escolar e Educacional da ABRAPEE. Tem experiência em pesquisas no campo da Educação e da Psicologia Escolar investigando, principalmente, os processos de escolarização e sua significação para os sujeitos; a apropriação das políticas educacionais no cotidiano escolar e na formação de Professores. <http://orcid.org/0000-0003-3939-5663>; marlizibetti@yahoo.com.br

recognized. She is one of the Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade (Forum on Medicalization of Education and Society) organizers and works on teachers' education from a critical perspective. The interview was conducted in March 2022, using Google Meet, based on a previously elaborated script. The transcription of the entire recording, later proofread, was submitted to her analyses, who amended the relevant aspects and authorized its publication. In addition to addressing historical elements concerning the process of constructing and confronting school issues, the researcher presents the latest Fórum contributions, providing significant gains to the psychologists and teachers' education.

Keywords: *Medicalization. Pathologization. School Psychology. Teacher Education.*

RESUMEN: *Se trata de una entrevista a Lygia de Souza Viégas, cuyos aportes al campo de la psicología escolar y al debate de los aspectos políticos, sociales e históricos que atraviesan el tema de la medicalización de la vida escolar, son reconocidos nacional e internacionalmente. Es una de las organizadoras del Foro sobre Medicalización de la Educación y la Sociedad y trabaja la formación docente desde una perspectiva crítica. La entrevista se realizó en marzo de 2022, a través de la plataforma Google Meet, a partir de un guión elaborado previamente. La grabación fue transcrita íntegramente y, luego de una revisión textual, fue sometida al análisis de la entrevistada, quien modificó los aspectos que consideró relevantes y autorizó la publicación. Además de abordar elementos históricos del proceso de construcción y de enfrentamiento a las dificultades en el proceso de escolarización, la entrevistada presenta los aportes más recientes del Foro para combatir la patologización y medicalización de la vida, presentando importantes contribuciones para la formación de psicólogos y docentes.*

Palabras clave: *Medicalización. Patologización. Psicología Escolar. Formación de Profesores.*

Introdução

Lygia Viégas é psicóloga, mestra e doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da USP. É professora da graduação e pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (Faced - UFBA) e atua na formação crítica de professores, com o objetivo de instrumentalizá-los para combater o olhar medicalizante sobre os estudantes.

A autora tem experiência com temas em psicologia escolar e educacional em uma perspectiva crítica, debatendo os aspectos políticos, sociais e históricos que atravessam a temática da medicalização da vida escolar. É uma das organizadoras dos livros “Medicalização da Educação e da Sociedade: ciência ou mito?” e “Desver o mundo, perturbar os sentidos: caminhos na luta pela desmedicalização da vida”, ambos publicados pela Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA).

Uma das contribuições recentes de Lygia Viégas à Psicologia Escolar e à Educação foi a organização do Ambiente Virtual Maria Helena Souza Patto (<https://mariahelenasouzapatto.site/>). Trata-se de um site que tem por objetivo “reunir a obra de Maria Helena Souza Patto em um único sítio, democratizando o acesso aos conhecimentos produzidos e partilhados pela autora.”

Lygia foi uma das precursoras do Núcleo Bahia do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. O surgimento do Fórum no Brasil ocorreu em 2011, durante o “I Seminário Internacional: A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos”. Tem a finalidade de conscientizar e mobilizar a sociedade na luta contra a patologização da não aprendizagem escolar e o fenômeno da medicalização. Possui um caráter político e crítico, sendo composto por entidades, movimentos sociais, pesquisadores e profissionais de diversas áreas que buscam romper a barreira da patologização, em busca de uma educação emancipadora dos sujeitos.

Entrevista

Entrevistadoras: Como surgiu o seu interesse pela psicologia escolar e os processos de medicalização?

Lygia: Quando eu entrei na graduação de psicologia (1994), no meu primeiro semestre, fiquei muito incomodada com as disciplinas que eu estava estudando. Eram disciplinas de psicologia experimental, aquelas comparações com ratos e com outros animais e aquilo não me mobilizou como estudante. Eu cheguei no final do primeiro ano de graduação decidida a sair da psicologia, eu estava muito mais querendo estar na cena política da rua do que trancada em laboratório, vendo como um rato pressiona uma barra para ganhar uma gota d’água.

Eu estava achando a psicologia muito conservadora, não conseguia me encontrar, quando tive a oportunidade de ouvir a professora Maria Helena Souza Patto⁴. Na hora que ela começou a fazer as críticas à psicologia, eu falei: “É isso! O que ela está falando é o meu incômodo!”. Até então, eu ouvia que era incômodo de uma jovem revoltada, que não estava satisfeita com nada, aquela conversa que a gente escuta quando é muito novo. E na hora que eu a vi trazendo uma série de problemas que davam base à maneira como a psicologia olha para as pessoas, eu falei: “Nossa, eu quero fazer como ela faz, eu quero

⁴ Maria Helena Souza Patto é referência na formação e na pesquisa em Psicologia, principalmente na explicitação de uma compreensão histórica e política do chamado “fracasso escolar”.

ser uma psicóloga que pensa criticamente a psicologia”. Eu fiquei no curso, comecei a seguir a professora, a procurar as coisas dela, quando tinha fala dela em evento... Eu tive esse privilégio de ser estudante em um contexto em que ela estava lá. Ela lançou A produção do fracasso escolar⁵ em 1990. Eu entrei na graduação em 1994, ainda tinha ali uma força muito pulsante das discussões que ela tinha acabado de lançar e assim surgiu o meu interesse por escolar. Paralelamente, eu fui me interessando pelas disciplinas de psicologia social, só que aí: “onde eu posso pôr isso na prática?” Na época, não existia política de assistência social no Brasil, era uma coisa extremamente precária, não tinha um campo de atuação para o psicólogo social, tinha uma área de estudo. Eu pensava: “Como é que eu desdobro isso?”, foi quando vieram as disciplinas de psicologia escolar na graduação e eu, neste momento, falei: “É esse território onde eu posso me situar: a escola pública voltada para as crianças e as famílias pobres no Brasil. Me situar, no sentido de produzir um trabalho que vá fazer efeito social”. E era isso, aquela vontade de rua, aquele desejo de participação na vida política, na sociedade, encontrando na minha profissão um território onde espriar... aí fui para os estágios e comecei a me interessar pela área.

Já a medicalização, muito antes de o Fórum ser fundado, em 2010, é um assunto na área. Para vocês terem uma ideia, eu fiz uma entrevista com a Maria Helena Souza Patto em 1997 e ela já trouxe os processos de medicalização da educação. Então, desde essa época, embora a força dessa ideia da medicalização fosse menos concentrada do que é hoje, a gente já percebia isso, sem necessariamente usar esse nome, no chão da escola. Havia toda uma demanda por diagnósticos, por atendimento de alunos e os próprios professores reclamando dos seus sofrimentos. E a gente entendendo que eles estavam puxando para o próprio corpo, para a própria experiência individual, a responsabilidade por algo que era construído institucionalmente, socialmente, historicamente. O trabalho que a gente tinha que desenvolver era tirar a suspeita da incapacidade dos alunos e também dos professores. Depois que a gente movimentava essas suspeitas de que ele não vai conseguir aprender porque a família é desestruturada, porque a professora não tem paciência, é que a gente consegue trazer à tona que aquilo que, no campo da aparência, parece ser um concreto da vida daquela professora, daquele estudante, na verdade é atravessado por muitas questões complexas que a gente não consegue ver em um primeiro olhar.

⁵ PATTO, Maria Helena Souza **A produção do fracasso escolar**. Histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.

Havia um debate sobre a medicalização muito mais conectado, naquela época, à própria psicologização da educação e eu acho que isso, às vezes, acaba se perdendo um pouco, no momento em que a gente se encontra. “Se tirar o médico e colocar o psicólogo, então a gente vai resolver”, só que eu entendo, na concepção de medicalização que a gente vem defendendo no Fórum, que o médico e o psicólogo podem ter a mesma visão medicalizante. A medicalização não é um atributo do médico, é uma visão de mundo e assim nós também podemos reproduzir essa visão de mundo, todas as pessoas podem reproduzir essa visão de mundo.

Entrevistadoras: Na sua visão, qual é a função social dos diagnósticos de aprendizagem no momento atual? Quais as consequências desses para as crianças que os recebem?

Lygia: É complexo, porque o diagnóstico de aprendizagem é uma coisa, o diagnóstico das dificuldades de aprendizagem é outra. Acho que quem faz diagnóstico de aprendizagem é o professor que está na relação com o aluno. Como a formação dos professores costuma ser uma formação psicologizante, muitas vezes, o professor acaba reproduzindo um olhar psicologizante para os processos de aprendizagem dos seus alunos. O próprio uso dessa expressão “diagnóstico” na educação, eu acho complicado. Mesmo que seja um diagnóstico de aprendizagem, portanto, seja uma atribuição do professor realizar, o uso desse nome favorece a produção de compreensões individualizantes do processo.

Outra coisa é quando o processo emperra, aí a instituição escolar, junto com a família, entende que esse/essa estudante precisa passar por uma avaliação de um profissional da área da saúde e esse diagnóstico tende a ser dentro desses formatos, mais ainda medicalizantes, do que está impedindo a aprendizagem. Muito dentro daquela discussão que a Adriana Marcondes⁶ faz, muito preciosa, que a gente precisa aprender a perguntar. Se a gente não aprende a perguntar, a gente produz perguntas equivocadas e o problema disso é que todas as perguntas produzem respostas. Se eu fizer uma pergunta equivocada, ela vai produzir uma resposta e vai satisfazer, mas ela é uma pergunta equivocada.

Uma das perguntas equivocadas que a psicologia carrega ainda hoje na sua construção é: “O que o aluno ou aluna tem que não aprende/não se comporta como o

⁶Psicóloga pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Fez mestrado e doutorado em Psicologia Social na mesma Universidade (<http://lattes.cnpq.br/4492645674864395>).

esperado?” É uma pergunta errada porque ela parte de um pressuposto que é a pessoa estudante que tem alguma coisa. O problema da pergunta equivocada é que você vai fazer a investigação procurando no estudante alguma coisa: será que é a família, será que é uma doença neurológica, será que é desnutrição, será que é má influência, será que é preguiça, má vontade? Então, se ao invés dessa pergunta, a gente perguntar: “O que produziu a demanda por um diagnóstico desta pessoa? O que produziu o encaminhamento desta pessoa para mim?” Eu vou olhar para a história dela e para o quê dessa história fez com que isso acontecesse.

Quem é que está sendo encaminhado? É mais menino do que menina, cisgêneros todos, porque se a pessoa é trans, todas são encaminhadas, não tem uma que passe despercebida! Meninos negros são mais encaminhados que brancos, pobres são mais encaminhados do que classe média e rico. O encaminhamento tem raça, situação socioeconômica, gênero, sexualidade, tem uma pertença social. Se a gente não leva em consideração isso e faz perguntas para o corpo do sujeito e no máximo sua família ou seu bairro naturalizado, sem conhecer a história por trás, a gente vai estar medicalizando um processo que tem raízes históricas muito profundas, Maria Helena Souza Patto consegue deixar isso muito nítido para gente.

A psicologia, ao longo da sua história, produz teorias para justificar a desigualdade social dando à desigualdade uma aparência de diferença individual. É isso que a psicologia faz, ela traduz em termos individuais determinações históricas, políticas, econômicas, sociais, muito enraizadas no modo capitalista de produção social e, ao fazer isso, a gente transforma em um problema do indivíduo algo que precisaria ser enfrentado politicamente. É o problema maior para mim: a produção de diagnósticos dentro da educação cala essas questões todas e ao calar apazigua a luta de classes, que é aquilo que eu, particularmente, objetivo como projeto social, projeto de psicologia. A gente está aqui para contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais, de fato, ou a gente vai ser mais uma peça na engrenagem que vai tornar o indivíduo culpado e responsável por sair da condição de desigualdade que ele tem sido historicamente colocado? E isso em um país escravocrata, racista, machista, LGBTQIA+fóbico, patrimonialista..., e que vai defender os interesses da sociedade privada acima de tudo e de todos. Acho que esse é um grande problema.

Uma questão que eu acho importante considerar são os casos em que famílias em condição de extrema pobreza vão em busca de um profissional da psicologia que emita um diagnóstico para os seus filhos, porque o diagnóstico serve como passaporte para o

acesso a direitos. A família não coloca nesses termos, eu estou aqui fazendo uma tradução que na minha experiência: com o diagnóstico, a criança, por exemplo, acessa o transporte sem pagar, acessa uma atenção individualizada na escola, passa a ter mais tempo para fazer a avaliação. E aí a família aceita o diagnóstico para poder acessar direitos. Essa é uma questão ético-política que a gente precisa olhar com muita seriedade, porque é muito difícil quando a gente está vendo uma família em uma situação de extrema pobreza não se apoiar também na ideia de que o diagnóstico pode ser uma solução para isso. A gente precisa pensar com muito rigor e cautela o que representa a nossa atuação.

Entrevistadoras: Conta para a gente um pouco sobre a história do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade no Brasil e também na Bahia, que é essa realidade que você vivencia mais de perto.

Lygia: O Fórum surgiu como um movimento social; surgiu para fazer uma intervenção no campo da política. Chegou ao nosso conhecimento uma série de projetos de lei que propunham fazer o diagnóstico de crianças na rede básica pública de educação, em um primeiro momento, na cidade de São Paulo, depois fomos pesquisando e vimos que era no país inteiro. Mas chamou muito a minha atenção porque a minha pesquisa de mestrado e doutorado foi sobre a progressão continuada, política pública educacional que acabou com a reprovação nas escolas⁷. Então, desde 1998 que não existe reprovação nas escolas públicas em São Paulo. O Banco Mundial exigiu a diminuição da taxa de reprovação, e a solução foi proibir reprovar. Como consequência, alunos chegam em séries avançadas do ensino fundamental sem ler e escrever. Aí, esse mesmo governo cria um projeto de lei para fazer o diagnóstico de dislexia⁸. Com isso, ao invés de olhar para a consequência de uma política, você chama isso de transtorno. Houve toda uma mobilização de várias pessoas, movimentos e entidades de psicologia, de fonoaudiologia, da medicina, da educação, pessoas das universidades e outros coletivos, no sentido de barrar esse projeto, e eu compus essa mobilização: isso não é dislexia, isso é política pública educacional. Ou

⁷ VIÉGAS, Lygia de Sousa. **Progressão continuada e suas repercussões na escola pública paulista:** concepções de educadores. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.

VIÉGAS, Lygia de Sousa. **Progressão continuada em uma perspectiva crítica em Psicologia Escolar:** história, discurso oficial e vida diária escolar. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.

⁸ Projeto de Lei (PL) 3.517/2019, prevê um programa de identificação e tratamento ao aluno da educação básica com dislexia, TDAH ou outros transtornos de aprendizagem.

a gente cuida da política educacional ou a escola pública paulista será uma máquina de produção de diagnósticos de dislexia em série.

Era preciso instruir vereadores e deputados que não tinham a dimensão do que estava acontecendo; porque poderia parecer que eles estavam garantindo um direito: “o direito ao diagnóstico!”. Não, o direito é a uma escola de qualidade. Começamos a organizar debates, os debates viraram seminários e os seminários viraram seminários internacionais e no primeiro Seminário Internacional a gente fundou o Fórum. A história do Fórum é essa, ele nasce em 2010, já está aí com 12 anos, um adolescente. Nesse momento, ele está como um adolescente esbarrando pelas paredes, com a voz afinando e desafinando, vivendo crises maiores do que precisava ou menores do que precisava (risos). Desde a pandemia, ele está assim, a gente dialoga, pensa, tem um coletivo que está em constante comunicação, mas as ações de rua do Fórum estão ainda em um processo de retomada.

Entrevistadoras: A gente falou um pouco sobre a história de formação do Fórum, agora gostaria de perguntar como o Fórum está se organizando atualmente e como as pessoas que têm interesse podem participar do movimento?

Lygia: No Brasil, a pandemia chegou carregada da experiência no exterior, e já com algumas marcas, como se precisássemos seguir as tendências da pandemia. E a grande tendência da pandemia foram as lives, webinários para todos os lados. Então, eram 70 lives e 70 webinários acontecendo no mesmo dia. Aí, a gente decidiu que não íamos fazer: a gente já tem material online, já estão lá! A gente não precisa refazer isso o tempo todo. Então, achamos que era hora de parar um pouco. A gente sempre fala “Nossa, essa sociedade, essa vida que a gente não consegue parar” e na hora que o mundo diz “Parem!”, a gente já quer fazer um webinário sobre isso?

Depois de um tempo de silêncio, produzimos dois poemas-manifesto⁹, pensando um pouco na pandemia, no que tudo isso fazia a gente pensar e depois vimos que era hora de digerir, acho que agora é hora da digestão. Assim, o Fórum não fez duzentas coisas de lá pra cá, ficamos mais parados. O V Seminário foi o último que fizemos, em 2018. Foi a coisa mais linda que vocês podem imaginar! O nome foi “Existirmos: A que será que

⁹ Podem ser encontrados através do canal no Youtube (<https://www.youtube.com/@forummedicalizacao/videos>) do Fórum sobre Medicalização, sob os nomes “Poema 1 - Manifestação em tempo de pandemia” e “Poema 2 - Manifestação em tempo de pandemia”.

se destina?”. Pegamos essa música do Caetano Veloso, Cajuína, como norte do evento. E começamos a fazer de forma mais explícita algo que já vínhamos fazendo no Fórum, que é compreender os processos de medicalização em uma perspectiva interseccional. Como são os atravessamentos de raça, de gênero, de classe social, de território, de capacidade, de estética que determinam o padrão do que é o normal e, a partir daí, o que é considerado patológico ou indesejado. Tem um texto da Maria Helena Souza Patto no qual ela fala que os diagnósticos dos psicólogos são verdadeiros crimes de lesa cidadania, e eu acho que isso que ela fala é a necropolítica. Da forma como nós, enquanto psicólogos, participamos da necropolítica, políticas de morte, políticas que aniquilam determinadas formas de existência. Então, nosso V seminário foi sobre isso. Pensamos a medicalização da surdez. A palestrante, Patrícia Rezende, era uma pessoa surda, então eu e todas as pessoas que não sabemos libras dependemos das intérpretes para acompanhar a palestra, explicitando para quem é ouvinte que a tecnologia assistiva é para todos, não só para pessoas surdas. Essa condição desorganizou um pouco essa certeza que temos, de que o “normal” é quem ouve e as pessoas surdas precisam de intérprete. E pudemos pensar processos de medicalização da surdez, quando se trata a surdez como uma doença, como uma inferioridade, como uma incapacidade, como algo que precisa de correção, de cura. A história da medicina em relação à surdez é extremamente violenta.

Nosso V seminário foi pura produção de vida, produção de amor. A gente estava no final do seminário com os afetos mais bonitos que se pode imaginar, e poucos meses depois Bolsonaro foi eleito, foi um “Acordem! O mundo não é o Fórum”. De repente, a gente toma esse banho de Brasil conservador que tomamos, estamos tomando e corremos o risco de tomar se a gente não estiver esperto. E agora, colhemos as consequências de tantas mortes desnecessárias por uma necropolítica que ri da nossa cara, enquanto estamos desesperados querendo melhorar o mundo.

Mas tiveram coisas bacanas que o Fórum fez nesse período de pandemia e pandemônio. Das que eu participei, tenho um carinho especial por duas. Uma foi um projeto que a gente produziu para o Dia das mães, inspirado na fala da Débora Maria da Silva, que é uma mulher negra, pobre, periférica do estado de São Paulo, que teve o filho assassinado pelo Estado em 2005, em uma matança que ocorreu por parte da polícia. Foram 400/500 jovens periféricos assassinados no intervalo de uma semana. Débora não se aquietou com isso, foi atrás da reparação e da memória no presente. A gente sempre luta pela reparação e memória do passado, devido à ditadura militar, mas a ditadura continua acontecendo nas periferias. Ela busca o respeito pela memória do filho dela e

que a reparação da história do filho seja feita pelo Estado. Assim, uma mulher com pouca escolaridade começa a pesquisar a justiça forense com tanta intensidade que hoje é pesquisadora pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), porque ela entende e sabe falar sobre o assunto. E como ela diz, toda mãe é pesquisadora. Inspirades nessa ideia, a gente produziu vários vídeos com mães pesquisadoras. Reparem: se alguém diz “seu filho tem a síndrome de blá blá”, a mãe vai na internet atrás de que síndrome é essa, “porque preciso entender meu filho”. A Débora pesquisou justiça forense porque mataram o filho dela. E assim, fomos ouvir outras mães. Uma mãe surda que foi estudar libras por causa da filha. Uma mãe de um rapaz trans que precisou entender sobre harmonização, transgeneridade, nome social, como conversar com um médico se ele patologizar o filho, porque o filho não tem doença nenhuma e ela busca oferecer ao filho o melhor desenvolvimento possível dentro da sua identidade de gênero. Fizemos esse projeto, ele é lindo e está todo online¹⁰. Esse foi um projeto que fizemos durante o ano de 2021, em meio à pandemia e as entrevistas foram nesse formato online, depois editamos e deixamos só as falas das entrevistadas. E fizemos um vídeo musicado com frases de cada uma delas. Foi uma forma de entrarmos nesse dia comercial, que é o Dia das mães, tencionando a ideia da “mãe normativa” e assim, trazendo experiências de maternidade de pessoas que enfrentaram o sistema para serem reconhecidas como alguém com capacidade para falar sobre as experiências de seus filhos, mesmo que tenham menos escolarização que médicos. A gente foi em busca de experiências disruptivas para tensionar essa ideia de mãe normativa e, ao mesmo tempo, brincar com uma data comercial. Para verem, não tem nada a ver com diagnóstico, mas sim, com uma imposição normativa, uma dinâmica padrão que buscamos perturbar.

Também produzimos um documento, que deixou várias pessoas da psicologia incomodadas, que foi o Apontamento crítico sobre a presença de psicólogos na educação. Ele pauta criticamente a lei que foi aprovada determinando a presença de psicólogos na educação¹¹. Foi um documento que produzimos com muito zelo, muito cuidado, muita atenção aos ensinamentos mais duros e radicais que aprendemos desde Maria Helena Souza Patto e, a partir dela, desde várias outras pessoas. Porque entendemos que a presença compulsória de psicólogos na educação, num país de dimensão continental e com uma triste história de colonização, escravização e genocídio, produz mais riscos

¹⁰ Os vídeos da série Mães-pesquisadoras: “não somos objeto, somos protagonistas” podem ser acessados na página do Fórum no Facebook <https://en-gb.facebook.com/forumsobremedicalizacao/videos>

¹¹ Lei 13935/2019 Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

medicalizantes do que possibilidades de superação dos problemas que nossa educação enfrenta desde que ela passou a existir, há menos de 100 anos. Foi um documento difícil produzir, porque ele desagradava parceiros e parceiras. Mas, a gente não está aqui para ser agradável, estamos para sermos sérios. E, às vezes, ser sério desagrada. Não dá pra bater palma para tudo. Porque o paradigma não se muda na conciliação, se muda na radicalidade.

Ou a gente leva à sério o que estamos fazendo, porque é sério o que estamos fazendo, e Maria Helena Souza Patto já diz há décadas que alguns diagnósticos psicológicos são verdadeiros crimes de lesa cidadania, ou levamos à sério nosso papel na necropolítica, ou vamos passar pano para nós mesmos. E a primeira opção nos levou a olhar para os riscos medicalizantes na lei. Esse risco é concreto, por exemplo, se emparelharmos essa lei com a lei do direito ao diagnóstico de TDAH, também aprovada em nível federal (Não que não tenhamos lutado contra ela, lutamos muito, mas foi uma luta que perdemos). Além disso, é uma realidade em vários territórios do país que as contratações não se dão por concurso, são temporárias, precárias. E tem municípios minúsculos, onde o controle do trabalho do profissional é acirrado. Há autonomia para trabalhar? Essa é uma pergunta que precisamos fazer. Em uma sociedade como a nossa, patriarcal, LGBTQIA+fóbica e onde o projeto Escola Sem Partido vai entrando nas práticas da escola, o que o psicólogo vai poder fazer em relação ao gênero e às sexualidades na escola? Ele vai se sentir autorizado a isso? A gente percebe que há uma série de ciladas possíveis de cair. Ou olhamos para elas, ou tomamos o susto ao chegarmos na escola. E assim, vamos tecendo algumas delas, incluindo o debate sobre a troca de um diagnóstico por direitos. Foi um documento muito discutido, inúmeras reuniões, pessoas do país inteiro, um acumulado de experiências, eu gosto muito do resultado, ainda que ele chegue como desagradável para os entusiastas da psicologia na escola.

Entrevistadoras: Como psicóloga, como é sua atuação no Fórum? Até para pensarmos um pouco sobre essa questão da instrumentalização.

Lygia: Eu sou uma psicóloga que pensa tão criticamente a entrada do psicólogo na educação que eu fui formar professoras. Minha atuação hoje é formar professores para que eles não encaminhem aos psicólogos. Eu quero interromper a produção de encaminhamentos desnecessários através da base. Estou na Faculdade de Educação formando professores há 12 anos, desde 2010, e amo formar professores.

Trabalho principalmente no turno noturno, por uma escolha. Então meu público são mulheres, pobres, a maioria negras, da classe trabalhadora. Trabalham durante o dia e estudam à noite, querem se formar professoras nas licenciaturas variadas da UFBA. E eu organizo um trabalho no sentido de pensar com eles e elas a história da psicologia, da educação na articulação com a psicologia, os processos de medicalização da educação e as intersecções de raça, classe, gênero, sexualidade e capacidade na construção da escola. Não uso as teorias do desenvolvimento humano tradicionais, organizo a disciplina de forma a pensar a escola como instituição. Essa é minha atuação.

Entrevistadoras: Como o Fórum contribui para o esclarecimento e formação de professores, pais e equipes de saúde?

Lygia: O Fórum é diverso, né? Temos antropólogos, fonoaudiólogos, médicos, psicólogos, pedagogos, licenciados, farmacêuticos... então, as formações são muito variadas. A gente produz documentos, acredito que podem ajudar nas várias outras formações. Documentos que são interessantes nessa direção. Um se chama “Recomendações de práticas não-medicalizantes para profissionais em serviço de educação e saúde”. É um documento antigo, precisa ser revisto e atualizado, mas é bom para provocar a conversa. Tem uma nota técnica que produzimos, pensando o Brasil inteiro, fazendo análise dos dados da ANVISA em relação aos consumos de clonazepam e cloridrato de metilfenidato, vendo como isso se distribui por região, capital versus interior, estados, quais lugares que consomem mais. Uma análise crítica sobre esse consumo, que também é um material para formação, material para trabalho. Esses apontamentos do Fórum são para formação de profissionais.

Entrevistadoras: Se você tivesse que elencar alguns desafios nessas práticas de formação, na produção de documentos, quais seriam?

Lygia: Acho que estamos em um cenário bolsonarista. Esse é o principal desafio. Como conseguir, em um país que é extremamente conservador, puxar um debate sobre esse conservadorismo? Talvez esse seja um dos principais desafios. Bruce Levine usa a expressão “controle psiquiátrico da dissidência”. Tudo aquilo que rompe com o sistema, a psiquiatria cataloga como transtorno, impedindo a dissidência de se expressar. Eu sempre brinco que, se na época da Revolução Francesa, houvesse a força medicalizante

que existe hoje, todos aqueles revolucionários seriam taxados de loucos. Em um cenário que defende inteligência emocional, que defende a resiliência como valor, fazer o enfrentamento político do sistema é cansativo. Mas, pra mim, seria mais cansativo não fazer.

Entrevistadoras: Na formação dos professores, você encontra alguma resistência?

Lygia: Olha, é interessante, pois um dos temas que levo para pensar com eles é o mito da incompetência docente, que foi pensado de uma maneira muito bacana pela Denise Trento Rebello de Souza. Ela vai pensar muito sobre o processo histórico de culpabilização do fracasso escolar, onde chega uma hora que a culpa se torna do professor¹². Ela fala que esse mito favorece a criação de uma série de cursos de especialização, onde o professor precisa estudar muito e várias ONG's "parceiras" do governo ganham dinheiro para formar professor. Hoje em dia, até formam professores para saberem fazer o diagnóstico. Isso tudo alimentado pelo mito da incompetência docente. Como eu faço essa discussão sem culpabilizar o professor, mas pensando no sistema, costumo encontrar abertura com o meu público. Meu público é pobre, não-branco, mulheres. São discussões que elas choram, porque elas se reconhecem.

Tem um texto da bell hooks, no livro dela "Ensinando a Transgredir"¹³, onde ela diz que a teoria é uma forma de cura. Contando que quando ela leu sobre racismo, isso foi libertador para ela. Então, eu aposto muito nisso, que a teoria pode ser uma forma de cura e eu levo a teoria aos professores como prática libertadora. Tem um ou outro que não viaja, mas enfim! São sete professores de psicologia aqui na Faculdade de Educação, eu sou essa e me apresento na primeira aula. Estar na minha aula é ser cutucado, e eu vou cutucar. Quem não gostar, tem outras opções de professores de psicologia onde trabalho, não são obrigados a mim. E eu sempre falo: eu sou desagradável. Mas na maior parte, meus alunos ficam muito sensibilizados, trazem depoimentos tocantes em relação às suas próprias trajetórias na escola. A escola produz sofrimento.

¹² SOUZA, Denise Trento Rebello de. Formação continuada de professores e fracasso escolar: problematizando o argumento da incompetência. **Educação e Pesquisa**. v. 32, n.3, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/CNCtVGSSmZCZpcnrfnbByyr/abstract/?lang=pt> Acesso em: 13 jun. 2023.

¹³ HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir**: A educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins fontes, 2013.

Entrevistadoras: Na sua opinião, quais os desafios e as contribuições do trabalho do psicólogo dentro do contexto escolar em relação ao tema da medicalização?

Lygia: Acho que já falei um pouco, principalmente sobre os desafios. Por mais que existam contribuições, não se justifica uma lei que imponha, em um país de dimensão continental, a presença desse profissional. Afinal, a Psicologia não é crítica e absoluta emanando num inferno de professores conservadores. E acho que muitas vezes essa é a imagem construída. A escola como um show de horrores, os professores como um show de horrores e a psicologia como linda e maravilhosa. Não é por aí. Eu conheço professores incríveis, assim como conheço psicólogos lamentáveis. Então, fico receosa desse autoenaltecimento que fazemos em relação à psicologia, como se a psicologia tivesse superado aquilo que Maria Helena Patto criticou em seus livros. Acredito que ainda não superamos, aquela ainda é a psicologia dominante. Acho que a psicologia tem uma autoimagem que não corresponde à sua realidade.

Entrevistadoras: Diante da realidade, como estamos hoje, como você acha que poderia haver uma atuação que contribua, mas também se mantenha autocrítica?

Lygia: Ai que difícil! Marilena Chauí pensa que o trabalho do educador, seja o pai, a mãe, o professor (e acredito que também o psicólogo), é se fazer desnecessário: produzir autonomia ao ponto de se tornar desnecessário. Então, a presença do psicólogo como uma constância na escola, não consigo achar isso bom. Acho que contradiz esse princípio.

Além disso, é gritante que quem lutou para ter o psicólogo dentro da educação foi o próprio psicólogo, desvelando um interesse corporativista. Não houve uma Associação de Educadores que disse “Queremos dar parte do FUNDEB para o psicólogo”. Foi o psicólogo que quis disputar esse dinheiro, enquanto tem escolas que não possuem sequer bibliotecas. Uma vez fui em uma escola que não tinha quadra, biblioteca, recreio... e pensei “É sério que me querem aqui? O que vocês precisam é de uma biblioteca, uma bibliotecária que transforme o espaço de produção de vida e leitura, é o que está faltando aqui, e não uma psicóloga para dizer sobre os problemas de leitura”.

Entrevistadoras: Mas e um psicólogo, com essa visão, capaz de orientar a sensibilização do olhar para essas questões, trabalhar no empoderamento do próprio professor...

Lygia: Mas o que quero pensar com vocês é: precisamos disso? Uma reunião de professores com um bom coordenador pedagógico é empoderadora! O psicólogo não precisa empoderar ninguém.

Entrevistadoras: É uma questão complexa. Quando pensamos nas nossas escolas, não existia sensibilidade a essas coisas. Mesmo com um gestor à frente e os professores.

Lygia: E um psicólogo vai garantir isso? Não existem garantias. No lugar do psicólogo não poderia ser um recreador?

Entrevistadora: Acredito que esse lugar está vago, estão disputando para ver quem pode ocupar esse lugar. Se vai ser o psicólogo ou outro profissional. É complexo!

Lygia: Sim. Poderia ser um maravilhoso filósofo. Toda semana haveria uma sentada no pátio para pensarmos a vida. Por que tem que ser psicólogo? A própria ideia de que precisa ser o psicólogo é medicalizante em si. E aí, vamos dizer que o psicólogo é imprescindível. Acho que nossa escola ainda carece de uma estrutura básica que garanta seu bom funcionamento. Então, tenho muitas ressalvas. Não precisa ser psicólogo. Se não precisa ser o psicólogo, por que defender que deve ser o psicólogo?

Referências

BRASIL. Lei 13935 de 11 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113935.htm Acesso em: 19 jun. 2023.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir: A educação como prática de liberdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

OLIVEIRA, Elaine Cristina de; VIÉGAS, Lygia de Sousa; MESSEDER NETO, Hélio da Silva (Org.) **Desver o mundo, perturbar os sentidos: caminhos na luta pela desmedicalização da vida.** Salvador: EDUFBA, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35343>. Acesso em: 19 jun. 2023.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar.** Histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.

SOUZA, Denise Trento Rebello de. Formação continuada de professores e fracasso escolar: problematizando o argumento da incompetência. **Educação e Pesquisa**. v. 32, n.3, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/CNCtVGSSmZCZpcnrfnbByyr/abstract/?lang=pt> Acesso em: 13 jun. 2023.

VIÉGAS, Lygia de Sousa; RIBEIRO, Maria Izabel Souza; OLIVEIRA, Elaine Cristina de; TELES, Liliane Alves da Luz (Org.). **Medicalização da Educação e da Sociedade: ciência ou mito?** Salvador-BA: EDUFBA, 2014.

VIÉGAS, Lygia de Sousa. **Progressão continuada e suas repercussões na escola pública paulista: concepções de educadores**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.

VIÉGAS, Lygia de Sousa. **Progressão continuada em uma perspectiva crítica em Psicologia Escolar: história, discurso oficial e vida diária escolar**. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.

Enviado em: 02/07/2023.

Aceito em: 02/11/2023.

Publicado em: 26/12/2023.